



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO  
CEARÁ E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
PARA CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS  
AOS SEUS SERVIDORES, MEDIANTE  
CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE  
PAGAMENTO. (Processo Administrativo nº  
8519445-07.2016.8.06.0000).**

CV Nº 02/2017

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, situado no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, Cambéba, Fortaleza – CE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente **TJCE** ou **CONVENIENTE**, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador **FRANCISCO GLADYSON PONTES**, por seu Superintendente da Área Judiciária, Dr. Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão, e por seu Secretário de Finanças, Dr. José Joaquim Neto Cisne e, de outro lado a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, instituição financeira criada pelo Decreto-Lei nº 759/69, atualmente regendo-se pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.473, de 05/06/2008, situada na SBS, Quadra 04, Lote ¼, Brasília/DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04, neste ato representada, nos termos de seus atos constitutivos e conforme instrumento de mandato que integra o presente contrato, por **MARIA TEREZA AMORIM ZARANZA DE CARVALHO**, brasileira, casada, economiária, residente e domiciliada em Fortaleza/CE, portadora da cédula de identidade nº 97013014075 e inscrita no CPF/MF nº 378.071.453-15, doravante denominada **CAIXA**, celebram o presente Convênio, de acordo com a Lei nº 9.826/74 (Estatuto dos Funcionários Públicos), da Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicadas à espécie, mediante as cláusulas expressas e condições a seguir:

**Cláusula Primeira – Do Objetivo**

O presente convênio tem por objetivo a concessão de empréstimo, com averbação das prestações decorrentes em folha de pagamento, aos servidores da **CONVENIENTE**, desde que:

atendam mais de três meses de efetivo exercício;  
sejam aposentados em caráter permanente;

*[Assinaturas manuscritas]*



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

c) sejam pensionistas provisórios de Montepio, enquanto o pagamento for de responsabilidade da CONVENENTE;

d) estejam em gozo de licença para tratamento de saúde e recebam rendimentos integrais pagos pelo empregador;

e) sejam aprovados no sistema de avaliação de risco de crédito da CAIXA.

**Parágrafo Primeiro** – São impedidos de contrair a operação, os servidores que:

a) sejam integrantes do quadro de pessoal da CONVENENTE que não esteja em dia com o repasse dos valores averbados;

b) possuam débitos em atraso em qualquer área da Caixa, exceto quando o líquido do empréstimo destinar-se à quitação desse débito;

c) estejam licenciados, afastados, cedidos ou em disponibilidade, cujos provento não sejam pagos pela CONVENENTE ou exonerados;

d) os servidores, cujo vínculo com a Administração Pública seja exclusivamente a título de cargo comissionado.

**Parágrafo Segundo** – Fica limitado em 96 (noventa e seis) meses o número máximo de parcelas referentes a empréstimos bancários consignados em folha de pagamento.

**Cláusula Segunda – Das Obrigações**

**São obrigações do TJCE:**

I – Indicar por meio de Carta de Apresentação/Termo de Responsabilidade assinados pelos representantes legais da conveniente, um ou mais representantes que assumam a responsabilidade de:

a) fornecer à Agência da Caixa, relação dos servidores proponentes ao crédito, com a indicação dos valores máximos disponíveis a serem averbados da margem consignável de cada proponente;

b) efetuar o enquadramento dos servidores, conforme condições estabelecidas na cláusula primeira deste Convênio;

c) recepcionar os arquivos e contratos e devolver o arquivo-retorno necessários à operacionalização deste Convênio, mediante recibo, no prazo máximo de 03(três) dias úteis, anteriores ao vencimento das prestações que ocorrerá no dia 10(dez) do mês subsequente ao da consignação;

d) averbar em folha de pagamento o valor das prestações dos empréstimos concedidos em favor da CAIXA;

e) repassar à CAIXA, até o 5º (quinto) dia útil contado da data do crédito do salário dos servidores, o total dos valores averbados;

f) comunicar à CAIXA a justificativa para eventuais impossibilidades de averbação das prestações;

*(Assinaturas manuscritas)*  
2



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

g) comunicar à CAIXA, a ocorrência de fato que enseje a redução na remuneração do servidor;

h) acatar os parâmetros e normas operacionais da CAIXA vigentes e sua programação financeira, desde que previstas neste convênio;

i) prestar à agência da CAIXA as informações necessárias para a contratação da operação;

j) indeferir pedido efetuado por servidor/devedor sem aquiescência da CAIXA, de cancelamento das averbações das prestações do empréstimo, até o integral pagamento do débito.

**São obrigações da CAIXA:**

I – Conceder empréstimo, observadas suas normas operacionais vigentes e sua programação financeira, aos servidores da CONVENIENTE, respeitadas as condições estabelecidas neste Convênio;

II – Fornecer à CONVENIENTE, até o dia 10 (dez) do mês de competência, o arquivo contendo a identificação de cada contrato, nome do servidor/devedor e valor da prestação a ser averbada em folha de pagamento;

III – Providenciar as exclusões no extrato de averbação, de servidores de acordo com as informações da CONVENIENTE, nas situações previstas neste Convênio;

IV – Manter sob sua guarda, até a liquidação do empréstimo, na condição de fiel depositária, o respectivo documento de outorga ao empregador, por parte do empregado devedor, de autorização, em caráter irrevogável, para a consignação das prestações contratadas em folha de pagamento, podendo a referida outorga fazer parte de cláusula específica do contrato de empréstimo;

V – observar o prazo de validade de 15(quinze) dias constantes da Declaração de Margem Consignável suportada por cada servidor, a contar da data de sua emissão;

VI – fornecer certidão original de quitação das parcelas vincendas, quando ocorrer a liquidação do contrato consignado em folha de pagamento, firmado com a CAIXA;

VII – não incluir no arquivo mensal das consignações, valor superior ao estabelecido como margem consignável suportada pelo servidor;

VIII – não efetuar a junção de mais de um contrato no valor a ser incluído no arquivo de consignação, enviado mensalmente ao CONVENIENTE, para desconto em folha;

IX – informar à conveniente o custo financeiro efetivo, inclusive a taxa de juros praticada para empréstimos consignados aos servidores, bem como toda vez que houver variação, em prazo máximo de 03(três) dias úteis;

X – autorizar a divulgação da taxa de juros praticada para os empréstimos a que se refere este Convênio, nos sítios eletrônicos na Intranet e Internet de propriedade da CONVENIENTE;

XI – habilitar o convênio permitindo que a cobrança do Imposto de Operações Financeiras (IOF) venha a incidir somente na diferença solicitada, quando das renovações de concessão de crédito com desconto das prestações decorrentes em folha de pagamento, junto à (ao) CONVENIENTE/EMPREGADOR mediante repactuação dos termos e condições especificados neste contrato.



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**Parágrafo Primeiro** – Na hipótese de contratação de empréstimo com liquidação de contrato firmado com outra instituição financeira, a CAIXA também se obriga a apresentar à CONVENIENTE, juntamente com o respectivo contrato, a certidão de quitação fornecida pelo ex-credor.

**Parágrafo Segundo** – O TJCE não será, em quaisquer hipóteses, avalista, fiador, garantidor ou subscritor de proposta de concessão de empréstimo e financiamento para qualquer servidor ou magistrado.

***Cláusula Terceira – Da Vigência***

O presente convênio terá duração de 60(sessenta) meses, contados da data de sua publicação no Diário da Justiça, podendo ser rescindido a qualquer tempo, nos termos previstos na Cláusula Quinta.

***Cláusula Quarta – Da Suspensão Temporária do Convênio***

O convênio para concessão de novos empréstimos será suspenso quando:

- a) ocorrer o descumprimento, por qualquer das partes, de cláusula estipulada neste convênio;
- b) a CONVENIENTE não repassar à CAIXA os valores averbados no prazo de até cinco dias após o vencimento do extrato;
- c) os valores repassados pela CONVENIENTE forem inferiores à totalidade do montante a ser repassado no período;
- d) houver mudanças na política governamental ou operacional da CAIXA, que recomendem a suspensão das contratações.

**Parágrafo Primeiro** – A suspensão do convênio não desobriga a CONVENIENTE de continuar realizando as averbações das prestações e os repasses devidos até a liquidação de todos os contratos celebrados.

**Parágrafo Segundo** – O reestabelecimento do convênio ficará sujeito à regularização das pendências que motivaram a sua suspensão.

***Cláusula Quinta – Da Denúncia***

A qualquer tempo é facultada às partes denunciar o presente Acordo, mediante manifestação formal de quem a desejar, continuando, porém, em pleno vigor as obrigações assumidas, até a efetiva liquidação dos empréstimos concedidos.



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**Parágrafo Primeiro** – A partir de 30(trinta) dias após a formalização da denúncia, por qualquer das partes, ficam suspensas novas contratações de crédito, à exceção do previsto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

**Parágrafo Segundo** – As propostas em andamento terão continuidade de análise e poderão resultar em contratação do crédito em caso de aprovação pela CAIXA, obrigando-se a CONVENIENTE a promover a averbação em folha de pagamento até a efetiva liquidação dos empréstimos concedidos.

**Parágrafo Terceiro** – A ocorrência de 03(três) suspensões ou qualquer descumprimento de cláusula causada por qualquer das partes, implicará na rescisão do convênio. 30 (trinta) dias após a denúncia.

**Cláusula Sexta – Do Foro**

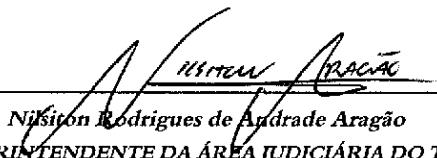
Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram do presente Acordo, o foro competente é o da Seção Judiciária da Justiça Federal, no Ceará ou por juízo arbitral em questões administrativas.

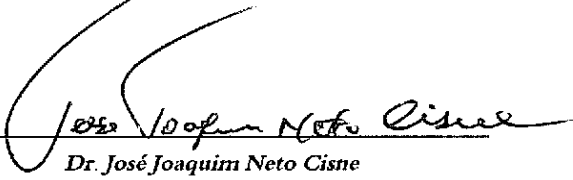
**Cláusula Sétima – Da Declaração**

As partes declaram, para todos os fins de direito, que tiveram prévio conhecimento das cláusulas deste Acordo, por período e modo suficientes para o pleno conhecimento das estipulações previstas, as quais reputam claras e desprovidas de ambiguidade, dubiedade ou contradição, estando cientes dos direitos e das obrigações previstas neste Acordo, e, por estarem assim justas e convencionadas, assinam este Acordo, ficando cada parte com uma via de igual teor.

Fortaleza, 30 de março de 2017.

  
**DES. FRANCISCO GLADYSSON PONTES**  
**PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**

  
**Dr. Nilson Rodrigues de Andrade Aragão**  
**SUPERINTENDENTE DA ÁREA JUDICIÁRIA DO TJCE**

  
**Dr. José Joaquim Neto Cisne**  
**SECRETÁRIO DE FINANÇAS DO TJCE**

  
**SRA. MARIA TEREZA AMORIM ZARANZA DE CARVALHO**  
**REP. LEGAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

Testemunhas: \_\_\_\_\_



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**ANEXO ÚNICO**

**Carta de Apresentação/Termo de Responsabilidade**

Comunicamos a nomeação do(s) empregado(s) abaixo discriminados como representante(s) junto à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – Agência 4030 (PAB Fórum Clóvis Beviláqua), para atuar nos processos relativos ao convênio de empréstimo sob consignação para os empregado(s)/servidores deste(a) Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, que assume(m) a responsabilidade de:

I- encaminhar ofício à Agência da CAIXA, indicando os empregados/servidores proponentes ao crédito;

II – efetuar o enquadramento do servidor conforme as condições estabelecidas na Cláusula Primeira, deste Convênio;

III – recepcionar os arquivos e contratos e devolver o arquivo–retorno necessários à operacionalização deste Convênio, mediante recibo, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, anteriores ao vencimento das prestações que ocorrerá no dia 10 (dez) do mês subsequente ao da consignação;

IV – averbar em folha de pagamento o valor das prestações, em favor da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL;

V – depositar em conta corrente na Agência Centralizadora, o total dos valores averbados, até a data do vencimento das prestações;

VI – devolver à CAIXA o extrato e o arquivo remessa, quando houver, onde é informado a quantidade e o valor total dos contratos a serem consignados em folha de pagamento, os efetivamente averbados, bem como os excluídos, no prazo máximo de 03 dias úteis anteriores ao vencimento das prestações;

VII – comunicar à CAIXA qualquer alteração no quadro dos beneficiários, requerendo sua exclusão nos casos de desligamento em virtude de falecimento, demissão, licença para tratamento de saúde superior a 15 dias, com rendimentos reduzidos e pagos diretamente pelo INSS, licença sem vencimento, ou qualquer outro motivo que promova o desligamento do emprego da folha de pagamentos da CONVENIENTE, no prazo máximo de 3 dias a contar da ocorrência/conhecimento do fato;

VIII – cumprir com as obrigações dentro dos prazos estabelecidos pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

IX - observar rigorosamente o prazo de validade estabelecido na Declaração de margem Consignável suportada pelo servidor;

X - exigir a apresentação da certidão de quitação nas situações previstas na Cláusula Segunda, deste Convênio.

Carta de Apresentação/Termo de Responsabilidade

Nome do Empregado Representante	CPF	R.G

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Local/data

\_\_\_\_\_  
CONVENENTE

\_\_\_\_\_  
CONVENENTE

De Acordo

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante

*[Assinaturas manuscritas]*



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Assinatura do Representante

Assinatura do Representante